

Modelo de Procuração para Defesa Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | julho 9, 2024

-> Aprenda tudo sobre Direito Penal, Processo Penal e Execução Penal.

OBS Importante: Não utilize a procuração abaixo para ações penais privadas (queixa-crime), pois necessitam de poderes especiais (art. 44 do CPP).

No mais, o modelo abaixo pode ser perfeitamente utilizado.

Procuração

OUTORGANTE: (nome completo), nacionalidade ..., estado civil ..., profissão ..., portador da identidade nº... -órgão emissor/UF, inscrito no CPF sob nº ..., residente e domiciliado à Rua ..., nº ..., bairro ..., complemento (apto/casa), cidade/UF.

OUTORGADO: (nome completo do Advogado), brasileiro (a), inscrito na OAB/UF sob nº ..., com escritório profissional na Rua ..., nº ..., Bairro ..., Cidade/UF, CEP ..., onde o outorgado poderá receber quaisquer correspondências e/ou notificações referentes ao presente feito.

Poderes e fins: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui o outorgado como seu procurador para defender seus interesses perante o foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, ficando investido nos poderes para o foro em geral previsto no art. 105 do CPC, especialmente para promover sua defesa criminal nos autos de nº..... – bem como para atuar em processos apensos ou em ações autônomas – movido em seu desfavor pela imputação de crime previsto no art. do Código Penal (ou lei especial nº ...), podendo ainda, requerer a revogação de prisão preventiva, o

relaxamento de prisão, impetrar habeas corpus, apresentar resposta à acusação, defesa prévia, alegações finais, produzir provas, interpor recursos para qualquer foro ou Tribunal, receber intimações e notificações, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes e tudo o mais que for necessário ao cumprimento fiel deste mandato .

Cidade/UF, dia.../mês.../ de

Outorgante

CPF:

FAQ – Procuração para Defesa Criminal

O que é uma procuração para defesa criminal?

É um documento pelo qual uma pessoa (outorgante) concede a um advogado (outorgado) poderes para representá-la em processos criminais, permitindo que o advogado atue em sua defesa perante autoridades policiais e judiciais.

Quando é necessário utilizar uma procuração para defesa criminal?

Sempre que uma pessoa estiver envolvida em investigação policial, processo criminal ou necessitar de defesa técnica em qualquer fase do procedimento criminal, é necessário outorgar procuração a um advogado para que ele possa representá-la formalmente.

Quais poderes devem constar na procuração para defesa criminal?

A procuração deve conter poderes para o [advogado](#) praticar todos os atos necessários à defesa, incluindo: apresentar defesa, recorrer, acompanhar inquérito policial, apresentar razões finais, substabelecer, transigir, desistir, receber intimações e notificações, entre outros. É importante que a procuração seja ampla, mas pode ser ajustada conforme o caso.

A procuração para defesa criminal precisa ser específica?

Sim, especialmente se houver necessidade de poderes especiais, como para substabelecer, transigir, firmar compromisso, desistir, ou outros atos que exijam menção expressa, conforme o Código de Processo Penal.

Quem pode outorgar uma procuração para defesa criminal?

Qualquer pessoa maior de 18 anos e capaz pode outorgar a procuração. No caso de menores de idade ou incapazes, o representante legal (pais ou tutor) deve assinar a procuração.

A procuração precisa ser assinada com firma reconhecida?

Não é obrigatório o reconhecimento de firma para validade da procuração, mas pode ser exigido pelo juízo em determinados casos, ou para maior segurança jurídica.

A procuração para defesa criminal pode ser usada em qualquer instância?

Sim, desde que conste na procuração que os poderes são para atuar em todas as instâncias e tribunais, o advogado poderá

representar o cliente em qualquer fase do processo criminal.

É possível incluir poderes para substabelecer na procuração?

Sim. É comum incluir a cláusula de substabelecimento, permitindo que o advogado transfira os poderes recebidos, total ou parcialmente, a outro [advogado](#).

A procuração para defesa criminal tem prazo de validade?

A procuração é válida enquanto não for revogada pelo outorgante ou até o término do processo ao qual se refere. Pode, ainda, ter prazo determinado, se assim for estipulado.

Como revogar uma procuração para defesa criminal?

O outorgante pode revogar a procuração a qualquer momento, mediante comunicação formal ao advogado e, se já houver processo, ao juízo competente.

É obrigatório utilizar um modelo específico de procuração para defesa criminal?

Não existe um modelo único obrigatório, mas é importante que o documento contenha todos os poderes necessários para a atuação do advogado no caso concreto, conforme as exigências legais.

Por que é importante formalizar a procuração para defesa criminal?

A formalização garante que o advogado tenha legitimidade para atuar em nome do cliente, praticar atos processuais, acessar

autos, apresentar defesas e recursos, além de proteger os direitos do acusado durante todo o procedimento criminal.
